

Cemitérios oitocentistas, culto, fé e patrimônio: experiências intercambiantes

Marcelina das Graças de Almeida

Cuidar e zelar pelos mortos é um gesto de civilização, entretanto o hábito de transformar os templos, os lugares de culto divino, em repositórios de cadáveres traduziam-se exatamente na antítese daquilo que seria civilizado, moderno e adequado ao progresso humano, pelo menos este era o ponto de vista da elite “esclarecida” em meados do século XVIII e início do século XIX.

As sepulturas *ad sanctos apud ecclesium* fazem parte de um rito religioso que marcou o comportamento cultural do homem ocidental durante séculos e a coabitação entre mortos e vivos, num mesmo espaço, não era considerado um problema. Entretanto em meados do século XVIII esta questão entra em pauta de discussão, tornando-se intolerável a convivência.

O aumento populacional nos séculos XVII e XVIII somado à urbanização crescente ampliou a sensibilidade no tocante à impropriedade dos sepultamentos *ad sanctos*. Entretanto além destas questões outro fator condicionador de mudanças no tocante ao lugar dos mortos, foi a disseminação do pensamento iluminista que eclodiu no século XVIII, tendo seu ápice na evolução dos eventos que culminaram na Revolução Francesa. Foi a partir do século XVIII que uma elite letrada e instruída ampliaram o discurso acerca da necessidade de se coibir os enterramentos nas igrejas.

Estes questionamentos não se restringiram à França iluminista, mas repercutiram por vários países europeus, com maior ou menor intensidade. Em Roma, 1706, o papa Clemente XI (1649-1721) era aconselhado pelo Monsenhor Giovanni Maria Lancesi a erguer cemitérios fora da urbe romana, e o reverendo Lewis, na Inglaterra, editou, em 1721, uma obra alertando acerca dos riscos dos sepultamentos eclesiásticos. O mesmo sobreaviso pode ser constatado nas obras dos franceses Hagenot e do abade Charles-Gabriel Porée (1685-1770), respectivamente *Mémoire sur les Dangers des Inhumations* e *Lettre sur la Sépulture dans les Églises*, ambas datadas dos meados dos setecentos.

Este debate levado a cabo pela elite ilustrada representada por membros da igreja, nobreza e burguesia acabou por influenciar os atos políticos que buscavam reorientar o cuidado com os mortos e os cemitérios. Podemos citar como exemplos a

determinação do Parlamento, em Paris, 1737, sobre avaliação científica dos problemas de salubridade e dos enterramentos na cidade. A discussão foi retomada em 1763, e no final do século XVIII, 1776, ocorreu a Declaração do Rei Luís XVI (1754-1793) proibindo os enterramentos nas igrejas, acontecimento que culminou na desativação do cemitério medieval de *Saints-Innocents* em Paris. Este cemitério era o principal da cidade. Localizado intramuros ocupava um quarteirão, possuía um grande claustro, assemelhando-se ao Campo de Pisa (1277). Após um estudo das condições sanitárias dos cemitérios parisienses, realizado em 1777, detectou-se que os cadáveres haviam rompido os limites do cemitério e já invadiam os subterrâneos das casas. Revelava-se inadequado, inconveniente. Possuía fossas comuns que eram esvaziadas de 30 em 30 anos, quando os ossos eram alocados em uma cripta. Em 1780 em razão da invasão dos corpos, dos vapores e mau cheiro, o mefitismo, decretou-se o encerramento do cemitério com a demolição cinco anos após.

A efetiva laicização dos cemitérios franceses consolidou-se com a culminância da Revolução Francesa (1789) que impôs um novo modelo de organização social e, por conseguinte afetou o universo da morte, e do culto aos mortos. A secularização da sociedade incidira sobre os ritos fúnebres, indicando até mesmo um sinal de desrespeito em relação aos mortos. Entretanto, sob o pulso forte de Napoleão se regulamentou a questão dos cemitérios e normalizou o culto aos mortos. A Lei de 12 de junho de 1804 (Decreto do dia 23 Prairial Ano XII) proibia os sepultamentos em qualquer edifício religioso, independentemente de credo; em qualquer ambiente fechado ou que estivesse no espaço urbano. As normas de higiene eram claras e rígidas e seriam fiscalizadas pelas autoridades civis. Este decreto deu origem ao Cemitério Père Lachaise, o mais famoso e referência para maioria dos cemitérios que surgem no século XIX.

Estas ações repercutiram tanto no Velho quanto no Novo Mundo. A Espanha sofreu influências do modelo francês na constituição e implantação do Cemitério de Málaga e, em Portugal, a instalação dos cemitérios fora do espaço das igrejas espelha, em parte, a abrangência deste modelo. No Brasil, esta matéria vinha sendo estudada desde o final do século XVIII, ocasião em que D. Maria de Portugal (1734-1816), em 1789, orientava para a construção de cemitérios na colônia. No início do XIX uma através de Carta-régia determinava-se a proibição dos enterramentos nas igrejas e ordenava-se a construção de cemitérios pelo bem da saúde pública. Em 1825 uma nova portaria legisla sobre os sepultamentos. Em 1828 o Imperador decretava, através da Lei

de 28 de outubro, o fim dos sepultamentos nos recintos religiosos, conferindo às câmaras o dever de zelar e fazer cumprir as normas. Apesar destas leis não terem sido colocadas em prática, de forma efetiva, revelam a crescente preocupação do poder público na matéria concernente ao lugar dos mortos, bem como o interesse em sanear e higienizar as cidades.

Em Portugal, até os idos do século XIX, era difícil estabelecer uma distinção entre cemitério e igreja. A construção de espaços de enterramento estava, por norma, condicionada à prévia existência de uma igreja ou capela. Era a forma aceita como prática sacralizadora, conferindo dignidade e respeito ao cemitério. Por outro lado qualquer igreja era, salvo exceções, lugar propício para sepultamentos. Em situações de emergência, como epidemias, guerras, crises geradoras de mortandade excessiva, construía-se cemitérios provisórios. Estes, geralmente, eram alocados junto a colinas, próximos às capelas ou em locais isolados, sendo abandonados após uso emergencial. Eram retomados mediante novo susto. Apesar das leis e interesses, as razões que culminaram na construção dos cemitérios públicos em Portugal, se justificam diante de uma necessidade, da urgência imposta pelos fatos. As epidemias, em especial, a cólera foi mais convincente que as ideias liberais e iluministas, naquilo que se referem à adoção dos novos modos de sepultamento e culto aos mortos. As epidemias que varreram o país entre 1833 e 1855 reforçaram de modo contundente, a imperiosidade da medida e acabaram por condicionar o nascimento dos cemitérios fora dos espaços da igreja.

Os cemitérios portugueses e os do Porto em particular, apresentam características que os tornam singulares face aos outros cemitérios seculares. Embora construídos fora do espaço sagrado das igrejas, só eram considerados dignos de uso depois de serem consagrados, todos deveriam ter uma capela para celebração dos cultos, ou seja, embora públicos mantiveram-se sob a égide da Igreja Católica. Se não eram administrados diretamente, certamente eram dirigidos sob o ponto de vista da fé. No Porto os cemitérios públicos oitocentistas, além da existência das capelas e da benção oficial possuem espaços privados dirigidos pelas ordens religiosas. Era uma solução para o aceite, por parte da população essencialmente católica, dos cemitérios públicos como espaços dignos ao uso, uma forma de contornar a estranheza provocada pelas mudanças. A cidade do Porto possui onze cemitérios. Sendo dois municipais, três particulares e seis paroquiais.

Em dezembro de 1839 foi inaugurado o primeiro cemitério público da cidade do Porto, o Cemitério do Prado do Repouso, numa vasta quinta que pertencia ao bispado. Neste local seriam sepultados os portuenses mais pobres. A elite e os mais ricos preferiam a inumação no Cemitério da Lapa ou nos cemitérios das Ordens e Irmandades. Desta forma o Prado do Repouso ficou estigmatizado durante muitos anos como um lugar indigno para os sepultamentos. Entretanto, em 1855, uma nova epidemia grassou pelas ruas do Porto e um novo espaço de enterramento público teve que ser erguido, era o Agramonte. O fato de ter sido construído para inumação dos coléricos, fez com que a população passasse a olhar o Prado do Repouso de um modo diferente.

Prado do Repouso é o nome mais romântico de todos os cemitérios em Portugal considerando, inclusive, que esta alcunha suaviza a difícil função que cumpre. É dividido em seções, sendo que sessenta e cinco administradas pelo município, enquanto as seções privadas são dirigidas pelas respectivas ordens religiosas que as mantêm. São elas a da Santa Casa de Misericórdia, Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade e a Confraria do Santíssimo Sacramento de Santo Idelfonso. De planta triangular é organizado espacialmente como um grande tabuleiro cortado por duas alamedas sob forma de cruz latina. O Prado possui crematório, miradouro, a capela dedicada a São Vítor, além de ter sido erguido recentemente um monumento evocativo aos cento e cinquenta anos de aniversário do cemitério.



Figura 1. Alegoria da Saudade, Cemitério do Agramonte, Porto. Arquivo Particular da autora.

Em 1855, outro espaço público para enterramentos foi instalado na cidade. Mais uma vez reticência e rejeição. Era o cemitério ocidental, sito no lado oposto ao Prado. Nasceu sob a pressão da nova onda epidêmica do cólera. No ano de 1846, a Câmara Municipal manifestava a necessidade de se erguer um novo cemitério no outro extremo da cidade. Entretanto, só nove anos depois, foi destinado um terreno na parte ocidental do Porto para instalação de um novo local de inumação, face à epidemia do *Cholera-morbus*. Foram desapropriados os terrenos pertencentes a uma Quinta, a Quinta do Agra Monte, patrimônio de uma família da cidade. A benção do novo espaço realizou-se a 2 de setembro e para os serviços fúnebres construiu-se uma capela de madeira, que viria a ser substituída por um prédio condigno alguns anos adiante.

A princípio tendo sido construído para inumação dos coléricos, o Agramonte não era bem visto pela população que, na altura já utilizava o Prado do Repouso. Em 1869 o Agramonte passou por uma reestruturação tornando-se mais atrativo. Foi inclusive negociada junto ao poder público a cessão de espaços privativos às Ordens Terceiras. Sendo elas: do Carmo (1869), São Francisco (1871) e Santíssima Trindade (1872). O Agramonte está organizado sob um traçado quadrangular. É dividido em cinquenta e uma quadras administradas pelo município e as seções privativas estão sob a jurisdição das respectivas ordens. Como previsto há a capela para a realização dos ofícios fúnebres.

O Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, ao contrário, dos cemitérios portuenses não nasce sob a pressão de uma epidemia, entretanto não deixa de ter uma ligação com os princípios higienistas que caracterizam o século XIX. O Bonfim é parte de uma estratégia de planejamento e concepção de uma cidade moderna.

O referencial para os engenheiros, técnicos e planejadores da cidade será, basicamente, o universo europeu. As reformas operadas na cidade de Paris através do Barão de Haussmann (1809-1891), em 1853 e a urbanização da Ringstrasse em Viena, quase que no mesmo período, serão modelos frequentemente referenciados e copiados pelos técnicos que pretenderam, aqui, erguer uma cidade totalmente nova e que refletisse todas as conquistas que o século XIX havia aberto ao mundo a partir da consolidação da Revolução Industrial e das novas percepções em relação ao planejamento e estética urbana. Deste modo, portanto, desde a planta até as construções, o planejamento e delimitação de características eram criteriosamente pensados. A

ordenação era o princípio de tudo, havia lugares definidos para todos os equipamentos necessários para o funcionamento da capital.

A organização da cidade impunha aos seus moradores os lugares e os espaços que deveriam ocupar. A grande avenida contornava, delimitando até onde a modernidade urbana deveria alcançar. Camada protetora que abrigava em seu interior a tão sonhada e feérica cidade com suas ruas desenhadas à régua e compasso, prédios previamente concebidos adotando modelos arquitetônicos e estéticos que pudessem em toda sua carga simbólica revelar os novos tempos. Foi, então, deste novo contexto que o Arraial do Belo Horizonte desapareceu sob o pó levantado pelas picaretas em contínuo e laborioso empenho para concretizar os desenhos das pranchetas. E i neste movimento a morte foi banida do centro urbano da capital. Cidade de espacialidade definida, todos os habitantes, inclusive os mortos, tiveram seu lugar demarcado na nova capital de Minas Gerais.

E se havia projetos para os vários espaços a serem ocupados na cidade, o do cemitério foi, também, pensado. O terreno com área aproximada de cento e setenta mil e trinta e seis metros quadrados, num local conhecido como Menezes, distante seiscentos e cinquenta metros do perímetro urbano foi o ponto escolhido. O lugar era alto e arejado, de solo seco e argiloso - arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira o que facilitaria a construção. As obras de preparação dos terrenos e construção do cemitério e necrotério foram iniciadas tendo como empreiteiro o Antônio Teixeira Rodrigues (18-? -1900) Conde de Santa Marinha.

A localização estratégica do cemitério nos fornece subsídios para compreendermos as atitudes mentais da época. O cemitério deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e abrigo dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo perder o caráter de modernidade sob a qual era engendrada.

A região onde está situado o cemitério é também conhecida como Lagoinha. A Lagoinha é mais antiga que a própria Belo Horizonte. Situada na região nordeste, há alusões à sua existência em documentos datados de 1711 como limite da Fazenda do Cercado, tendo ganhado este nome em decorrência das constantes inundações causadas pelas enchentes do Rio Arrudas. É uma localidade significativa no espaço geográfico da capital, mesmo estando localizada fora do perímetro da Avenida do Contorno, adquiriu

ao longo do tempo status emblemático que foi se remodelando ao longo dos anos. A princípio a Lagoinha é área de passagem, de trânsito dos tropeiros e mercadores que viajavam pela região se deslocando de Santa Luzia, Venda Nova e adjacências e se deslocavam para o Arraial. Com a construção da capital e a chegada de muitos imigrantes a Lagoinha foi invadida, em sua maior parte, pelos italianos que ali adquiriram chácaras e sítios e construíram naquele lugar uma espécie de reduto da saudosa Itália. Posteriormente tornou-se cenário da boêmia e da vida noturna, confrontando-se com os mistérios e lendas que envolvem o cemitério que abriga. Na ocasião da construção da instalação do cemitério, a Lagoinha, era o lugar mais adequado e aprazível consoante com os projetos da Comissão Construtora, bem como o discurso médico e higienistas amplamente difundido naquela altura.

Em consonância com o padrão arquitetônico imposto na nova capital, o cemitério teve sua planta elaborada por arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital. Além do traçado espacial foram projetados o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalhou nos projetos o eminente José de Magalhães (1851-1899) chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.

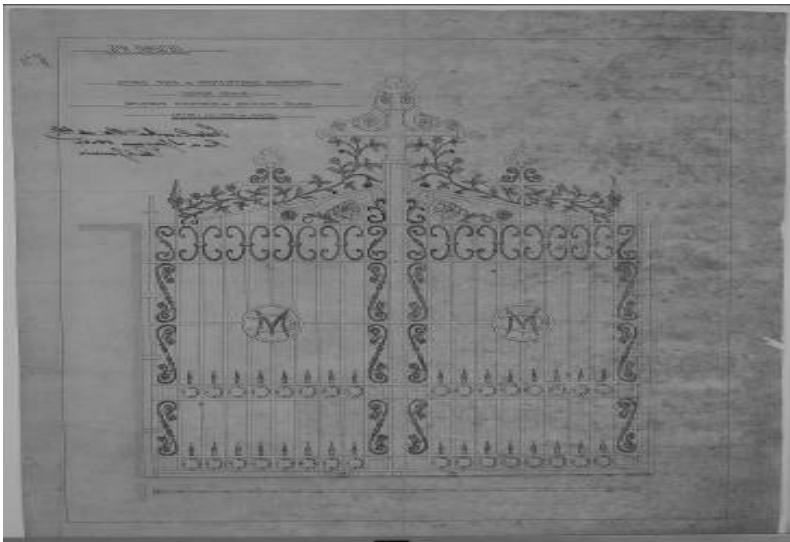


Figura 2 – Projeto portão principal do Cemitério Municipal, 1895.

Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

O traçado arquitetônico do cemitério segue o plano geométrico da cidade. É composto por cinquenta e quatro quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A ocupação destas quadras não seguiu a numeração, inicialmente foram utilizadas as quadras dezesseis e dezessete, sendo que novas quadras eram abertas e preparadas ao longo do tempo, conforme a necessidade. Por exemplo, em 1923 havia vinte quadras em uso, no ano seguinte vinte e duas, no início da década de 30, trinta e seis quadras eram utilizadas e na década de 40 todos os espaços já estavam em uso. A área central do cemitério que é o cruzamento das principais alamedas encontra-se uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo, esculpida em bronze, neste local está sepultado Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), ex-prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça, distando cinco quadras, encontra-se um edifício. Trata-se de uma construção pequena, elaborada na mesma época que o cemitério foi inaugurado, apresenta características estéticas condizentes com o ecletismo, estilo inclusive que predomina nos edifícios da capital. Na atualidade é utilizado como capela, onde se celebram cultos, por ocasião do dia de finados, entretanto foi projetado e funcionou durante muito tempo como necrotério.

Os cemitérios do Porto e Belo Horizonte tornam-se espaços privilegiados para a consolidação da experiência romântica através das obras funerárias e da linguagem estética neles expressadas. A rejeição romântica do morto como um cadáver em decomposição impôs uma relação nova em relação à morte, ou seja, a vivência da morte, a finitude da vida se apresenta por metáforas, por odores de flores e de ciprestes por imagens de mármore que simbolizam – através do belo – aquilo que a morte tinha de horrível. Era preciso sublimar a ideia da morte como putrefação. A morte era a ausência e a saudade. Para apagar a imagem de putrefação era fundamental prolongar de forma idealizada a memória do defunto. Primeiramente, afastando a morte para longe do olhar e do olfato. Depois, embelezando-a e embecendo-a de sentimento, bem ao gosto do espírito romântico. É nesta conjugação que surge o cemitério romântico, carregado de pompa, símbolos que expressavam visualmente e de forma limpa aquilo que a morte e a saudade tinham de mais cruel. Os epitáfios, as ornamentações passam a ser uma arte própria. O ausente passa a ser o herói a ser elogiado, memorado e representado na arte tumular.

E assim os cemitérios refletem esta nova sensibilidade no tratamento das questões que envolvem a morte: o culto aos mortos, a evocação da memória, a

eternidade. O desejo de imortalidade é traduzido através da construção de marcos de memória, as sepulturas revelam-se como um sonho de perenidade.

Analisando os cemitérios oitocentistas como portadores dos sentimentos que subjazem o Romantismo é possível compreender o uso desta nomenclatura pela historiografia portuguesa e aproximá-la do Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, bem como a outros cemitérios brasileiros nascidos no mesmo período e que se traduzem como espelhos evocadores desta emotividade, da melancolia e ao mesmo tempo da permanente reatualização da memória.

Entretanto os cemitérios em seus espaços quadriculados sejam os do Porto ou o cemitério de Belo Horizonte, reproduzem em suas quadras os conflitos e contradições experimentadas nas cidades que os abrigam. Os cemitérios oitocentistas refletem uma época, na qual, se estabelece uma nova modalidade de culto aos mortos, através da evocação, da memória, da construção de marcos e ao mesmo tempo reatualizam as distinções, na medida em que revelam ostentação e poder. Os cemitérios, as sepulturas, as construções funerárias são os testemunhos materiais que permitem refletir sobre concepções, expectativas e desejos. Possuem elementos que, numa complexa teia, relatam dados significativos acerca da cultura material, do simbólico e das múltiplas atividades do labor e criatividade humana.

Os cemitérios, portanto, cumprem para além da função para a qual foram criados, outros usos e incorporam novos significados. São lugares de memória, civismo e manifestação artística. Devem ser compreendidos como parte integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural de, qual seja, a sociedade em que estejam inseridos.

Nota bibliográfica

Marcelina das Graças de Almeida, Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, docente na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais, Cursos de Graduação e pós-graduação, PPGD e do curso de História da Faculdade Estácio de Sá, Unidade Belo Horizonte, *Campus* Prado. Realiza pesquisas relacionadas à História da cultura, arte, design e cultura material.

Bibliografia

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Morte, Cultura, Memória – Múltiplas Interseções: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CATROGA, Fernando José de Almeida. A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal: 1865-1911. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Coimbra, 1988.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. Cemitérios do Porto Roteiro. Porto: Direcção Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal do Porto-Divisão Municipal de Higiene Pública, 2000.

QUEIRÓZ, José Francisco Ferreira. O Ferro na Arte Funerária do Porto Oitocentista O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa 1833-1900. Dissertação. (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

QUEIRÓZ, José Francisco Ferreira. Os Cemitérios do Porto e a Arte Funerária Oitocentista em Portugal Consolidação da Vivência Romântica na Perpetuação da Memória. Tese (Doutorado em História da Arte) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.